RELAÇÕES FAMILIARES E MOVIMENTO DA INDEPENDÊNCIA NO CEARÁ

Geraldo Nobre

O Padre Gonçalo Inácio de Loiola de Albuquerque e Melo foi uma das figuras principais do movimento da Independência, sobre ele escrevendo José Pereira Filgueiras:

> "O primeiro, que fez ver as capciosas determinações das Cortes de Lisboa, e os attentados do Governo Provizorio extinto da Província. Dimittio do Magisterio de Professor de Gramatica Latina da Villa do Aracati, e recolhêo-se a huma Caza de Campo, para evitar os rancores, e os despotismos do Governo armado de força, e de violencia. Continou com seus escriptos; e hoje tem sido os mais nervosos para abater o orgulho, e conter os povos vacilantes, assim desta, como das Provincias ao Norte."

A biografia sucinta do Padre Gonçalo Inácio de Albuquerque, escrita por J. Brígido, revela que ele celebrou os ofícios da Religião e ministrou aulas em diferentes Vilas, ou simples povoações, do território cearense. Nascido no termo de Sobral, desenvolveu atividades em outros, notadamente nos de Aracati e Quixeramobim. Consta que, em companhia do Padre Ambrósio Rodrigues Machado e Silva, esteve no Crato, preparando os espíritos da população local para a Independência.

O êxito do padre Gonçalo Inácio de Albuquerque em suas atividades em tantos pontos do Ceará explica-se, em grande parte, por relações de parentesco, que permitiram uma quase completa unanimidade dos cearenses em 1822 e um movimento de amplitude considerável, de caráter revolucionário, dois anos depois (1824).

O presente estudo é uma tentativa de estabelecer, com as limitações dos poucos dados existentes sobre as famílias cearenses, as relações de parentesco em apreço, centralizadas na pessoa do sacerdote e professor, que foi, sobretudo, o primeiro Jornalista cearense.

Por esta pesquisa fica reforçada a tese de que, no Ceará, as condições favoreceram um entrelaçamento de famílias com intensidade fora do comum, ao ponto de constituir-se um dado importan-

te para a apreciação de qualquer fato da História local.

Dissertando sobre os partidos políticos no Ceará ("Miscelânea Histórica" — Sétima parte), J. Brígido escreveu que, até 1817, não houve nem podia haver agremiações dessa espécie, na então Capitania. Desde os princípios da colonização, registraram-se no entanto, divisões de ânimos, atribuidas a certos fatos, alguns dos quais mencionados pelo notável polígrafo, sem, no entanto, chegar a fazer uma análise aprofundada, ou percuciente, das causas de conflitos, aliás de pouca gravidade.

Esquecidos os ressentimentos das lutas entre os Montes e os Feitosas, travadas quando a população cearense era ainda reduzida, os habitantes da Capitania mantiveram-se unidos, ocorrendo,, quando muito, divergências ocasionais. Esta situação não excluía, contudo, algumas razões para discórdia, que afloravam em função de interesses econômicos e de susceptibilidades ofendidas.

Foi necessário, no entanto, que novas idéias se alastrassem até ao Ceará, como aconteceu em 1817, para os ressentimentos servirem-se delas propagando-se a um número bastante numeroso de pessoas, de maneira a constituir-se uma corrente de opinião, disposta à conquista de posições pelo voto ou, mesmo, pela luta armada. A Revolução daquele ano, ainda que traduzisse um estado de espírito, pecou, no entanto, pelas limitações de uma ocorrência puramente local, senão familiar.

O Governador daquela época, Manuel Inácio de Sampaio, atribuiu esse caráter ao movimento, responsabilizando as famílias Alencar, do Crato, e Lavor e Batista, do Icó, não deixando, porém, de levantar muitas suspeitas contra outras pessoas, no afã de justificar a prisão do influente Ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho. Igualmente, pretendeu o mandatário colonial amedrontar os partidários do potentado Antônio José Moreira Gomes, pelos quais era hostilizado desde que havia privado essa personagem do posto de Capitão-mor das Ordenanças da Vila da Fortaleza.

Cinco anos depois, a campanha da Independência, no Ceará, constituiu, de certo modo, uma projeção dos acontecimentos do governo de Sampaio, porém seria apressado ver correntes de opinião onde, na verdade, as posições se justificaram, principalmente, por um fator digno de nota, que consistiu na solidariedade familiar.

Na formação do povo cearense, condicionada pela topografia do território ocupado e pelo gênero de ocupação, houve um entrelaçamento das famílias das várias zonas, que forçosamente influiria na marcha dos acontecimentos, como se pode exemplificar com a Independência. Impressiona a adesão que a "causa brasílica" obteve em todos os pontos do Ceará, tão logo se verificou a possibi-

lidade do Brasil separar-se, completamente, de Portugal, sob os aspectos político e administrativo.

E' certo que as idéias, irradiadas da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, não constituiam segredo para os cearenses, pois o próprio Governador Sampaio deixou o seu testemunho insuspeito, segundo o qual, antes mesmo de 1817, iniciando a atividade jornalística na então Capitania, o padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo as contraditava, refutando o proselitismo do "Correio Brasiliense" e do "Português".

Para sua infelicidade, aquele sacerdote não tardou a converter-se às idéias que inicialmente combateu com ardor, e, devotando-se com entusiasmo igual, senão maior, à "causa brasílica", apareceu como o principal "teórico" da Independência, no Ceará.

Era o padre Gonçalo de uma família com muitas ramificações na Província, pois seu pai Felix José de Sousa e Oliveira, nascido no vizinho Rio Grande do Norte, casara-se com a cearense Teodósia Maria de Jesus Madeira, da freguesia de Sobral. Seus avós paternos chamavam-se Francisco de Sousa e Oliveira e Tecla Rodrigues Pinheiro, e os maternos Manuel Madeira de Matos, português, e Francisca de Albuquerque e Melo, pernambucana, de Goiana ou Serinhaem, tudo conforme dados constantes do "Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense" do Barão de Studart.

A ascendência do padre Gonçalo serve como um caso ilustrativo do concurso que pessoas de várias procedências prestaram ao povoamento do Ceará, estabelecendo relações naturalmente significativas do ponto de vista histórico, as quais influiram, por exemplo, para a participação da Capitania, depois Província, em movimentos regionais, como a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador.

Consignou Luís da Câmara Cascudo, em seu estudo, sobre "A Família do Padre Miguelinho", que o referido Francisco de Sousa e Oliveira, Coronel da Cavalaria Miliciana, era pernambucano e faleceu em Natal, no ano de 1808, viuvo e mais que centenário. Escasseam informações sobre ele, o que dificulta a investigação acerca das relações de parentesco que, provavelmente, possuía no Ceará.

Dos filhos de seu casamento com Tecla Rodrigues Pinheiro, apenas três foram citados por Luís da Câmara Cascudo, e chamaram-se estes Felix José de Sousa e Oliveira, Antônio José de Sousa e Oliveira e João Correia de Sousa e Oliveira. Filho do segundo, nascido do primeiro matrimônio, que celebrou com a prima Ana Teixeira de Melo, estabeleceu-se no Ceará o Capitão de milícias Tomás de Aquino e Sousa, pai de um dos maiores políticos do Império, além de professor e cientista. Esta referência cabe ao padre Tomás Pompeu de Sousa Brasil, que era, por conseguinte, primo do padre

Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo, implicando esta relação em muitas outras, através do "clã de Santa Quitéria", segundo o escritor Nertan Macedo aludiu à descendência de João Pinto de Mesquita, português chegado ao Ceará, por volta de 1726, para ser um autêntico desbravador dos sertões do norte da Capitania, onde constituiu família, casando-se, naquele ano, com Teresa Rodrigues de Oliveira, filha do sergipano Capitão de Milícia Luís de Oliveira Magalhães e da riograndense Isabel Rodrigues Magalhães.

Esta última era irmã do Capitão-mor Antônio Rodrigues Magalhães, dono da fazenda "Caiçara", de que se originou a cidade de Sobral, no setentrião cearense, e casado, já no Ceara, com Quitéria Marques de Jesus, filha do Sargento-mor Francisco Marques da Costa e de Apolônia Costa, da Vila da Fortaleza.

Para melhor Compreensão das relações de parentesco do padre Gonçalo com as famílias principais de Santa Quitéria e de Sobral, deve ser mencionado que, de seu casamento com Teresa Rodrigues de Oliveira, Antônio Pinto de Mesquita deixou, além de outros, os seguintes filhos:

a) Teresa de Oliveira Pinto, que se casou com o primo Sargento-mor Antônio Matias Magalhães, filho dos citados Antônio Rodrigues Magalhães e Quitéria Marques de Jesus; e,

b) Isabel Pinto de Mesquita, que de seu primeiro marido, Capitão José Luís Pestana de Vasconcelos, teve Geracina Isabel de Sousa, exatamente a mulher legítima de seu parente Tomás de Aquino Sousa, vindo do Rio Grande do Norte para o Ceará, onde lhe nasceram os filhos, entre os quais Tomás Pompeu de Sousa Brasil.

As ligações maiores do padre Gonçalo Inácio de Loiola com famílias do norte do Ceará foram através de sua mãe Teodósia Maria de Jesus Madeira, cujo prenome aparece escrito como sendo Teodora em vários autores, não obstante retificação feita pelo Barão de Studart no "Dicionário Biobibliográfico Cearense".

Era filha de Manuel Madeira de Matos e Francisca de Albuquerque e Melo, passando o sobrenome desta para o neto, por conseguinte; e seus nove irmãos, todos, menos um falecido solteiro, casados no Ceará, tiveram grande geração, estudada por Jarbas Cavalcante de Aragão em "colonização do Nordeste — Os Ximenes de Aragão no Ceará".

Não merece nenhum crédito a versão de acordo com a qual Manuel Madeira de Matos seria o mesmo Manuel Carlos da Cunha e Távora, 4.º Conde de São Vicente, nascido em 1682 e dado como filho de D. Francisco de Assis Távora, Vice-Rei da Índia, e de D. Leonor de Mascarenhas, irmã do Duque de Aveiro. Sabe-se que o dignatário em apreço faleceu em Portugal em 13 de fevereiro de

1713, e que seus pais foram Miguel Carlos de Távora, segundo titular daquele Condado por seu casamento com a herdeira D. Maria Caetana da Cunha.

Quanto a Francisca de Albuquerque e Melo, que se casou em 1740, era filha do pernambucano Antônio de Albuquerque e Melo, estabelecido nas terras do riacho Guimarães, assim chamado porque o descobriu o açoriano Alferes Lourenço Guimarães de Azevedo, sogro do outro dito povoador, que viera já casado de Pernambuco.

O topônimo indígena daquele acidente do norte do Ceará era riacho das Gorohiras (ou Guarahiras), constando que os primeiros a requererem terras regadas por esse curso d'água foram José de Lemos e Miguel e José Machado Freire, todos em 1708, seguidos. um decênio, mais tarde, por Gregório Barbosa, Antônio Pereira de Alvarenga, Manuel Rosendo Fraga, Manuel Soares de Sousa e Catarina de Sousa.

O fato de não figurar o Alferes Lourenço Guimarães de Azevedo entre os que primeiramente obtiveram sesmarias no dito riacho, cujo toponímico português, extensivo à povoação próxima, dele procederia, é deveras estranhável. Tem-se certeza, apenas, de haver aquele povoador doado para o patrimônio da capela de Nossa Senhora do Rosário, ali erigida, uma porção de terras, ficando a doação sem efeito pela sentença favorável a Joaquim de Torres Araújo, morador no Recife de Pernambuco, na ação por ele intentada para se lhe serem reconhecidos os direitos de proprietário da área em apreço, de 100 braças quadradas, das quais, em seguida, mandou passar escritura conformando a destinação de iniciativa de seu opositor. E' o que deixou escrito José Vicente Franca Cavalcante, em "Notas para a História de Sobral", publicadas na "Revista Trimensal do Instituto do Ceará", edição do ano de 1909.

O rio das Groairas nasce nas terras altas que dividem o distrito de Quixeramobim e o termo de Santa Quitéria, segundo o "Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo" de Álvaro Gurgel de Alencar. Com um percurso de mais de 180 quilômetros, sua bacia fluvial está no sertão centro-setentrional do Ceará, o mesmo acontecendo com as dos riachos dos Macacos, das Jaibaras, do Madeira, do Jacurutu, das Emburanas, etc.

Nesta vasta zona, os portugueses começaram a penetrar no último quartel do Século XVII, subindo o rio Acaraú, no qual desembocam alguns daqueles caudais menores, aliás temporários, por secarem os respectivos leitos nos estios mais prolongados. No entanto, apenas em começos da centúria seguinte os povoadores adentraram-se, convindo registrar os nomes de alguns.

Manuel Gonçalves Pimentel e Valéria Ferreira aparecem como descobridores do sítio do riacho das Emburanas, na data de

sesmaria que lhes foi concedida, de uma légua para cada, em 19 de novembro de 1705, pelo Capitão-mor João da Mota. Dita sesmeira era casada com João de Sousa Ferreira Catunda, que, dada a raridade do último sobrenome, se pode presumir, com grande possibilidade de acerto, pai, ou irmão, do Coronel Francisco de Sousa e Oliveira, avô do padre Gonçalo Inácio de Loiola e que também se assinava Catunda. Seus filhos vieram do Rio Grande do Norte para o Ceará devido, talvez, ao fato de ter cabido ao pai a herança de Valeria Ferreira, sabendo-se, contudo, que, em 1811, naquele riacho, havia terras pertencentes aos herdeiros de um João Fernandes.

Félix da Cunha Linhares e Maria de Sá, ao mesmo tempo que Félix Coelho de Morais e João da Silva, alegaram, por sua vez, terem povoado as terras ribeirinhas do riacho dos Macacos, cuja data obtiveram, através do Capitão-mor Gabriel da Silva do Lago, em 16 de maio de 1707. Também aí foram contemplados, porém muito depois, João Ferreira Chaves, em 1735, e o Sargento-mor Manuel de Oliveira Teive, em 1744.

O genealogista Mário Linhares, escrevendo sobre sua família, mencionou aquele primeiro Linhares chegado ao Ceará, provavelmente vindo do Rio Grande do Norte, onde se casara o Capitão-mor Dionísio Alvares Linhares com Rufina Gomes de Sá, com numerosa descendência em grande parte estabelecida no setentrião cearense, e entrelaçada com muitas de sobrenomes diferentes.

Por uma escritura registrada no Livro de Notas do Tabelião da Vila da Fortaleza em 5 de outubro de 1807, vê-se que os Linhares tiveram propriedade na ribeira do Caxitoré, afluente da margem esquerda do Curu, no qual se lança após descer da aba meridional da Serra da Uruburetama. Aí foi sesmeiro, entre outros, Domingos Teixeira Pinto por concessão do Capitão-mor João de Teive Barreto e Menezes, em 19 de Novembro de 1744. Sua herdeira, Domingas Pereira Pinto, casou-se com Francisco da Cunha Linhares, filho de Nicácio de Albuquerque e Melo e Felícia Ribeiro de Morais, o que indica uma ligação anterior entre a referida família e a do padre Gonçalo Inácio, de Loiola, contraída talvez, ainda no Rio Grande do Norte.

Além do Coronel Félix da Cunha Linhares outros de sua estirpe foram sesmeiros no Ceará, sabendo-se que era seu sobrinho o Capitão-mor Domingos da Cunha Linhares, filho do castelhano Jacinto Gonçalves e da portuguesa Susana da Cunha e Araújo, irmã daquele pioneiro do povoamento do sertão centro-setentrional cearense. Quanto a Clara do Verçosa Linhares, pode afirmar-se tão somente, que, com Bento Coelho de Morais e Maria José Verçosa, obteve uma data, em 23 de outubro de 1708, na lagoa chamada Cariré, certamente no Município de Sobral, onde mais tarde, houve um povoado com a mesma denominação.

O fato da última sesmaria citada haver sido requerida em conjunto sugere que os sesmeiros eram mais que companheiros, havendo, já, laços familiares entre os de Linhares e os Coelhos de Morais, contando-se no número desses últimos Félix Coelho de Morais, já referido como proprietário no riacho dos Macacos, junto a Félix da Cunha Linhares; Floriana de Morais, filha de Bento; Tenente-coronel Felipe Coelho de Morais e Maria Francesa de Morais, contemplados com 6 léguas, na ribeira do Canindé, em 1723, pelo Capitão-mor Manuel Francês, com o qual seriam aparentados; Lourenço Coelho de Morais, que, no mesmo ano, teve registada uma data sua, e de Damião da Costa, no riacho do Capitão-mor, afluente do rio Curu; e, ainda, Catarina Ribeiro de Morais, esta viúva do paulista José Dias Pais e beneficiada, antes dos demais, em 1706, no riacho Juboeira, "na parte chamada Corapaytiba", devendo ser sua filha, ou neta, a citada Felícia Ribeiro de Morais, mulher de Nicácio de Albuquerque e Lima e mãe de Francisco da Cunha Linhares.

Foi, ainda, um dos sesmeiros, no Ceará, Aurélio Gomes Linhares, que teve data registrada no rio e, depois, na serra da Caioca, por atos do Capitão-mor Leonel de Abreu e Lima, de 29 de agosto de 1731 e 15 de dezembro de 1732, respectivamente.

E' ignorada, hoje, a descendência de todos esses Linhares, estando estudada, apenas, a dos filhos do Capitão-mor Dionísio Alvares Linhares e Rufina Gomes de Sá, estabelecidos, por último, em Sobral e outros municípios cearenses. Consequentemente, não se pode precisar o grau de parentesco entre eles e o padre Gonçalo Inácio de Loiola, tendo-se a certeza, no entanto, da existência de um intenso entrelaçamento das famílias já mencionadas.

(Continuará)